A ação econômica do Estado regional no Rio Grande do Sul, durante a Primeira República: ensaio de síntese e interpretação

Ronaldo Herrlein Jr.*

Resumo

O artigo apresenta uma síntese dos diversos aspectos que compuseram a abrangente ação econômica do Estado regional no Rio Grande do Sul durante a Primeira República, propondo uma interpretação acerca das condições que tornaram possível essa ação, bem como acerca do significado histórico da mesma. O artigo realiza uma resenha de alguns estudos sobre o tema, tratando de organizar e relacionar os diversos aspectos dessa ação econômica do Estado, com finalidades formativas. Após uma introdução, que indica o contexto da transição capitalista na região, a segunda seção apresenta as concepções e o projeto político-econômico do Partido Republicano Riograndense, que dominou os governos estaduais no período. Na terceira seção é enfocada a política fiscal e de gastos dos governos estaduais, enquanto a quarta seção discute as ações em defesa do mercado interno estadual e no sentido de sua regulação, por meio de medidas atinentes ao combate ao contrabando, à organização dos produtores, ao abastecimento e ao mercado de trabalho. A quinta seção conclui o ensaio enunciando os resultados dessa ação para a economia e a sociedade do Rio Grande do Sul.

Abstract

This paper presents a synthesis of multiples aspects that composed the extensive economic action of the regional State on the Brazilian region of Rio Grande do Sul during the period of First Republic (1889-1930). It proposes an interpretation of the conditions that make possible that action and of its historic meaning as well. The paper realizes a synopsis of few studies about this theme, organizing and associating the multiples aspects of the economic action of regional State, for formative purposes. An Introduction points out the context of capitalist transition in the region and a second section presents the Riograndense Republican Party's ideological conceptions and its political and economic project, which commanded regional governments in the period. The third section focuses on the fiscal and expenditures policies of regional governments while the fourth section presents the government actions to defend and regulate the regional market, with measures that combat the contraband and organizes the producers, the supplying and the labor market. The fifth section concludes the paper enunciating the results of economic action of regional State to the economy and society of Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Rio Grande do Sul – Economia ; Rio Grande do Sul – História ; Rio Grande do Sul – Política ; Desenvolvimento Regional

1. Introdução

A instauração da República representou uma profunda ruptura no controle político da esfera estadual do Estado no Rio Grande do Sul, redundando na ascensão do grupo mais radical dentre os republicanos sul-rio-grandenses, os que professavam uma ideologia positivista. A formação do Partido Republicano Riograndense (PRR), ao final do Império, dera-se à margem dos grupos políticos vinculados à dominação oligárquica tradicional.[1] Essa ruptura constituiu-se numa verdadeira **revolução política, de natureza burguesa e conservadora**, que provocou o

* Professor Adjunto da FACE-PUCRS.

[1] Ao contrário dos partidos republicanos do resto do Brasil, formados por dissidências do Partido Liberal, o PRR formou-se independentemente desse. Mais do que isso, o PRR opunha-se frontalmente ao Partido Liberal, que detinha o domínio político na região há 20 anos.

deslocamento da oligarquia vinculada à economia pastoril da Campanha, bem como o desmonte da forma de dominação tradicional e patrimonialista (Targa, 2002).

Ao final do Império e diferentemente da maior parte das outras regiões brasileiras, a do Rio Grande do Sul não estava assentada no clássico trinômio da lavoura de exportação, escravista e praticada no latifúndio (Targa, 1988). A estrutura fundiária contemplava a existência de grandes e pequenas propriedades, situadas em zonas espacialmente separadas. Sua produção dirigia-se principalmente para o mercado interno brasileiro, atendendo às necessidades de outras economias regionais. A grande propriedade não era agrícola nem escravista, caracterizando-se pela pecuária extensiva, com baixa absorção de mão-de-obra e pouca densidade populacional. A pequena propriedade rural formara-se a partir de uma política deliberada de colonização e dava lugar à lavoura familiar, que adquiria progressivamente um caráter comercial.

Assim, antes do período republicano, já estava estabelecida no Rio Grande do Sul uma sociedade regional distinta daquelas que se formaram com base nas economias agroexportadoras da cana e do café. A formação histórica da sociedade gaúcha determinava a ausência da classe dominante nas demais regiões, a dos latifundiários escravistas agroexportadores, enquanto contemplava a existência de uma classe de pequenos proprietários rurais, que experimentava uma acelerada diferenciação social (Targa, 1996a).

Na passagem à República, a diversidade da estrutura de classes da sociedade gaúcha, combinada à prolongada crise da economia pecuária-charqueadora, favoreceram a divisão da classe dominante regional e a ocorrência de uma profunda ruptura política (Targa, 1996a). A dimensão da ruptura política implicada na passagem à República expressou-se na violenta guerra civil de 1893-95, no Rio Grande do Sul. Essa guerra, que provocou a morte de cerca de 1% da população gaúcha, foi o núcleo da Revolução Federalista, o principal movimento armado nacional contrário à República. Dentre as regiões brasileiras, apenas o Rio Grande do Sul experimentou uma ruptura política dessa envergadura, marcando a ascensão de uma nova elite política que dispôs do poder público estadual para um projeto político inspirado no positivismo (Pinto, 1986; Targa, 1998).

Essa ruptura levou à derrota do poder tradicional dos estancieiros e à ascensão de uma **nova elite política que empreenderia políticas públicas capazes do modificar a face da economia e da sociedade nessa região**. O processo de transição capitalista no Rio Grande do Sul transcorreu apoiado pela destacada ação econômica do Estado regional. As políticas públicas das administrações republicanas estaduais visaram, entre outros propósitos, a defesa e a integração do mercado regional, a organização corporativa e a diversificação dos setores produtivos, buscando a auto-suficiência e a redução da dependência da economia estadual em relação a poucos produtos de exportação. A ação econômica do Estado regional incidiu sobre uma formação social em

acelerado processo de transformação. O resultado histórico foi a gestação e a consolidação de um determinado modelo de desenvolvimento econômico regional, no período de 1889 até 1930, correspondente a um processo singular de transição para as relações capitalistas de produção e de generalização da produção de mercadorias (Herrlein Jr., 2004).

Este breve ensaio pretende apresentar uma síntese dos diversos aspectos que compuseram a abrangente ação econômica do Estado regional nesse período, propondo alguma interpretação acerca das condições que tornaram possível essa ação, bem como acerca do significado de que a mesma se revestiu historicamente. Para tanto, empreendemos uma resenha de algumas contribuições sobre o tema, tratando de organizar e relacionar os diversos aspectos dessa ação econômica do Estado, inclusive com finalidades formativas e de divulgação dessa experiência histórica singular no contexto brasileiro. Na segunda seção, são apresentadas as concepções e o projeto político-econômico do PRR. Na terceira e quarta seções são referidas as iniciativas e políticas públicas que compõem o amplo espectro da ação econômica do Estado regional. A quinta seção conclui o ensaio enunciando os resultados dessa ação para a economia e a sociedade do Rio Grande do Sul.

2. Os republicanos sul-rio-grandenses: ideologia e projeto político-econômico

O novo grupo no poder era inicialmente composto por jovens republicanos, profissionais liberais, cujas fortunas enraizavam-se na pecuária.[2] Não possuíam nenhuma experiência na administração pública da Província e não pertenciam às redes coronelísticas de poder local no Rio Grande do Sul. Por isso mesmo, trataram de desmontar em breve período a máquina político-administrativa do Partido Liberal, substituindo os ocupantes dos cargos do serviço público estadual, do federal e das administrações municipais (delegacias de polícia, administrações de mesas de rendas e postos na Guarda Nacional).

O PRR desde logo encontrou apoio no Exército Nacional e nos primeiros anos da República forjou uma institucionalidade própria para a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul (1891), na forma de uma "ditadura republicana". A aliança dos republicanos sul-rio-grandenses com o Exército Nacional foi de fundamental importância para a sua permanência no poder até o final do século XIX, estabelecendo as condições iniciais para que implementassem uma experiência política singular, controlando o poder político estadual por quase quarenta anos.[3]

---

[2] Ao início da República, os membros do PRR eram principalmente oriundos de famílias de estancieiros provenientes da região noroeste do Estado, de ocupação mais recente e mais pobre que a Campanha, quer pela ausência das charqueadas, quer pela distância dos centros consumidores. Eram estancieiros, mas não eram membros da elite econômica e nem da oligarquia política regional (Pinto, 1986:9).

[3] Os mandatos dos presidentes do Estado, como os designava a Constituição, foram cumpridos por Júlio Prates de Castilhos (1893-98), o principal ideólogo do PRR, Antônio Augusto Borges de Medeiros (por cinco vezes, 1898-1903, 1903-1908, 1913-1918, 1918-1923 e 1923-28), Carlos Barbosa (1908-1913) e Getúlio Dorneles Vargas (1928-1930).

Ainda nos primeiros anos da República, o Governo do Estado instituiu a Brigada Militar, um exército regional que teve papel decisivo na manutenção do poder.

O domínio político do PRR, instável nos primeiros anos da República, consolidou-se na medida em que foi capaz de impor seu projeto de Constituição, vencendo a guerra civil. A Constituição estadual era basicamente a mesma que o Apostolado Positivista do Brasil apresentara na Constituinte nacional, adaptada para a realidade estadual (Pinto, 1986). Ela estabelecia uma ditadura, que segundo o ideário positivista era a forma adequada para que governantes ilustrados administrassem a sociedade cientificamente, visando ao interesse de todos. Era permitida a reeleição do "Presidente do Estado", que também nomeava o vice-presidente. Não havia poder legislativo em separado, pois a Presidência do Estado acumulava as funções executiva e legislava. Essa Constituição estadual esteve no centro das divergências com a oposição liberal e motivou as guerras civis de 1893-95 e de 1923. Foi uma peça chave para a dominação política, pois permitiu excluir do poder os grupos derrotados e forneceu a estrutura legal para garantir a manutenção do PRR no poder. Permitiu também ao Estado regional alto grau de centralização e agilidade na ação pública, em vista da ausência de um poder legislativo em separado.[4]

As concepções do PRR estavam embasadas na filosofia positivista, opondo-se tanto ao liberalismo político quanto ao liberalismo econômico. A hegemonia regional do Partido Liberal nas últimas décadas do Império, combinada às tradições ideológicas republicanas que remontavam à Revolução Farroupilha, determinaram um campo ideológico específico para o surgimento de um partido republicano regional, que veio a transcorrer à margem e em oposição aos valores liberais e com ênfase acentuada na responsabilidade e no caráter públicos da ação dos governantes. Os republicanos sul-rio-grandenses entendiam que ao Estado cabia um papel fundamental na organização da sociedade, garantindo a harmonia social (ordem) e promovendo o desenvolvimento econômico (progresso) (Pinto, 1986). Possuíam uma visão orgânica da sociedade, pregando a incorporação do proletariado moderno e uma sociedade sem diferenças sociais profundas.[5]

Contrariamente ao liberalismo político, os republicanos positivistas não acreditavam na representação da sociedade através do voto. A verdadeira democracia era a administração da sociedade para todos e não a representação política dos setores da sociedade (Targa, 2002). Coerentemente, o PRR valeu-se do controle do aparelho de Estado para fraudar sistematicamente as eleições, conseguindo assim relegar a oposição a um papel secundário, restrito à Assembléia

[4] A Assembléia dos Representantes reunia-se apenas três meses por ano, para aprovar as contas da administração pública e determinar o orçamento do exercício seguinte.

[5] Segundo a concepção positivista, tanto o capital quanto o trabalho possuem um caráter social, devendo buscar-se a harmonia entre seus interesses, de modo que o capital seja aplicado somente em benefício da sociedade (Ferreira Fº, 1976).

dos Representantes. O PRR pretendia um governo orientado pelo saber e professava uma ação do Estado acima dos interesses particulares de grupos sociais e setores econômicos (Pinto, 1986).

Mesmo defendendo a livre iniciativa e preconizando a concorrência contra o regime de monopólio, o PRR não aceitava a supremacia do livre mercado sobre a vida social. Admitia-se a intervenção do Estado na vida econômica, sempre que isso fosse necessário ao equilíbrio e harmonia na sociedade. O Estado deveria cumprir um papel auxiliar na vida econômica, exercendo uma tutela social, com responsabilidade sobre as condições de abastecimento e ocupação da população local. O positivismo justificava o intervencionismo governamental, legitimando, no campo ideológico, as ações consideradas fundamentais para o plano econômico republicano pelo seu caráter social. Os governos republicanos estimularam a união das classes produtoras em cooperativas, sindicatos e associações, para diminuir o que consideravam ser tendências nefastas do mercado. Se a interferência do Estado no campo econômico era válida, ela não deveria manifestar-se na forma de privilégios específicos. Ela deveria ocorrer somente quando as questões afetadas se tornavam sociais, quando viesse em benefício de toda ou da maior parte da coletividade.[6]

Os republicanos sul-rio-grandenses manifestavam o objetivo de regeneração das instituições políticas e administrativas, buscando a saúde financeira do Estado e preconizando a responsabilidade fiscal dos administradores públicos. Tais princípios contrariavam a experiência política brasileira, marcada pelas condutas patrimonialistas, que levavam ao predomínio de interesses privados dentro da esfera pública. Repudiando tais condutas, os positivistas gaúchos defenderam a eficiência administrativa e uma relação do Estado com toda a população (Targa, 2002). Mas também rejeitavam, em princípio, a idéia do crédito e o endividamento público, o que representava uma limitação da ação do Estado sobre a atividade econômica. Os atos do poder público e os atos públicos dos cidadãos não deveriam ser praticados em segredo, sendo a prática política republicana caracterizada pela publicidade dos assuntos de Estado.[7]

A defesa da autonomia estadual foi outro princípio básico da atuação dos republicanos sul-rio-grandenses. Na medida que a oligarquia rural gaúcha fora deslocada do poder e possuía congêneres nos demais poderes estaduais e no do País, o PRR encontrava-se em posição delicada, pois as elites dirigentes de outros estados poderiam aliar-se à oligarquia gaúcha para desbancar o PRR do poder (Pinto, 1986:36). Diante dessa situação, o PRR sempre defendeu

[6] Devido a isso e também porque recusavam em geral a idéia do crédito, os republicanos sul-rio-grandenses sempre rejeitaram a concessão de crédito público reivindicada pelos pecuaristas, o que era visto como um privilégio específico, um favorecimento do Estado a um grupo econômico. Essas concepções diferenciavam o PRR da oposição no Estado, que advogava a "proteção ao boi", da mesma forma que o Estado de São Paulo protegia o café. Também destoavam dos governos da União e da maioria dos estados, em que predominavam os preceitos do liberalismo econômico e político. Note-se que a proteção dada ao café em São Paulo e reivindicada para o boi no Rio Grande do Sul, pela oposição, somente era compatibilizada com os preceitos liberais na forma de uma exceção (Fonseca, 1983).

[7] "Viver às claras" era um dos lemas positivistas, adotado como norma de vida por Júlio de Castilhos.

intransigentemente a autonomia estadual como ingrediente básico da idéia de federação republicana no Brasil.

A envergadura das ações empreendidas pelos governos do PRR, que tratamos de evidenciar neste ensaio, foi possibilitada pela autonomia de que gozaram os Estados federados na Primeira República. Essa autonomia era de ordem constitucional, legal e fiscal. Os Estados puderam estabelecer seus próprios códigos civil, comercial e penal, além de deterem autoridade sobre as jazidas minerais dentro de suas fronteiras e o direito de negociar empréstimos externos e vender títulos no exterior (Love, 1975:120). O Rio Grande do Sul também dispôs de suficiente força política e econômica para evitar intervenções da União na sua política interna. Em várias questões, os governos desse Estado buscaram também interferir nas atribuições da União, como no caso da repressão ao contrabando e das concessões federais sobre ferrovias e portos no território gaúcho.

Os governos republicanos sofreram a oposição permanente e muitas vezes armada da fração excluída do poder, que expressava os interesses da classe social dominante até o final do Império. A existência de poderes ditatoriais não significou que os governos não tivessem de se explicar. Ao contrário, foi preciso **apoiar as ações estatais num discurso público** para obter estabilidade e legitimação. A dominação política inicialmente assentada no poder militar e na coação evoluiu para o estabelecimento de uma nova relação de poder com a sociedade. A legitimação dos governos republicanos deu-se em larga medida pela eficiência administrativa, pela moralidade dos negócios públicos, pela transparência e clareza das contas do Estado, pelo equilíbrio orçamentário e pela promoção do bem-estar de amplos setores da sociedade através de suas políticas econômicas (Targa, 1996b:86, 1998:74).

O caráter ditatorial da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul referia-se à rejeição do princípio liberal da representação parlamentar, pois os direitos civis e individuais estavam formalmente garantidos.[8] Havendo liberdade para a atividade da imprensa e para a manifestação das idéias oposicionistas, formalmente representadas por uma minoria de deputados na Assembléia dos Representantes, os governos republicanos buscaram sempre justificar suas ações

[8] Evidentemente que tais garantias não poderiam suprimir a presença latente da violência nas relações políticas e mesmo pessoais numa sociedade marcada por uma sangrenta guerra civil e uma história de conflitos militares, na qual o porte de arma de fogo ou arma branca era uma circunstância comum. Não obstante, a ênfase dos governos republicanos na ordem pública e na justificação racional das ações do Estado cumpriu um papel civilizatório, como reconhece Raymundo Faoro, em seu ensaio acerca do poema de sátira política dirigido pelo senador gaúcho Ramiro Barcelos, sob o pseudônimo de Amaro Juvenal, contra Borges de Medeiros (*Antônio Chimango*). Segundo Faoro, "Ao poeta satírico, empolgado pela demolição do ídolo político, escapou o alcance, para a preservação da liberdade, do processo cortesão de governo. Não houvesse, na cúpula da hierarquia política, o letrado, para temperar o poder dos caudilhos, e estaria a Estância de S. Pedro sujeita à violência de quantos Facundos, tão primários quanto o platino, alcançassem a hegemonia do Estado, ficando a ordem à mercê das alianças de potentados regionais. Graças ao Antônio Chimango foi possível consolidar a obra dos portugueses: prosseguir na integração do gaúcho, indisciplinado e rebelde, aos padrões da cultura litorânea e citadina." (Faoro, 1998:45).

diante da sociedade, valendo-se de argumentos científicos e racionais. A administração pública estadual apresentava-se como estando acima dos conflitos e interesses específicos.

A dominação política assentou-se também na construção do PRR como partido político moderno, centralizado, disciplinado e doutrinário, através do qual foi possível organizar o poder público em todo o território, deslocando ou cooptando lideranças locais. Essa característica do PRR, associada à acentuada intervenção econômica do Estado, ampliaram os quadros públicos e favoreceram a ascensão política de elementos da classe média, que se tornam intendentes, delegados e administradores públicos, muitas vezes deslocando o poder local tradicional dos estancieiros. Controlando as instituições públicas e apoiando-se na ideologia positivista e nas ações econômicas e sociais empreendidas pelo Estado, o PRR dominou politicamente a zona das colônias e conquistou a adesão de diversos setores sociais. Desse modo, o PRR acabou articulando, em torno de um projeto de desenvolvimento regional diversificado, além de uma fração dos pecuaristas, também os pequenos proprietários rurais das colônias, as camadas médias urbanas, banqueiros, industriais e comerciantes.[9]

A diversidade de sua base social combinada às concepções ideológicas do PRR favoreceram que o Estado regional sob seu controle interviesse ativamente na vida econômica e social do Rio Grande do Sul, durante a Primeira República. Essa intervenção assumiu formas diversas, destacando-se a promoção da colonização, a organização econômica do território, através do combate ao contrabando e da encampação de portos e ferrovias, o estímulo à formação de cooperativas e sindicatos rurais, o manejo das políticas tributária e fiscal para a promoção das exportações regionais.

Os governos republicanos gaúchos entendiam que as dificuldades econômicas do Rio Grande do Sul eram decorrência de sua condição de economia exportadora. Eles criticavam a economia do Império, devido à dependência acentuada em relação aos produtos de exportação da economia pecuária-charqueadora. Pretendiam incrementar outras atividades, sem abandonar a pecuária bovina, tratando de diversificar a produção para resolver ou amenizar a crise por que passava a economia estadual (Fonseca, 1983:72). Para isso, era preciso dotar o Estado de uma sólida economia agrícola. A busca da diversificação permitia também reduzir a dependência das exportações de poucos produtos, sendo a pecuária considerada apenas como uma das atividades responsáveis pela expansão econômica estadual. Seu plano econômico para o Estado rompia com os preceitos de uma economia agroexportadora, cuja produção é pautada pela demanda externa. Ao contrário, exportar significava apenas vender ao exterior o que a economia interna não

[9] Entre os quadros do PRR registrava-se a presença de comerciantes, industriais, funcionários públicos, sindicalistas e banqueiros. De um modo geral, os governos republicanos receberam o apoio dos setores que possuíam interesses no mercado interno da região e de grupos pertencentes às classes urbanas em formação (Targa, 2002).

absorveu: "exporta-se o excesso, depois de abastecido o mercado local, que deve produzir tanto quanto for possível para satisfazer suas necessidades" (Fonseca, 1983:72).

Desse modo, a opção governamental foi pela diversificação da economia gaúcha, buscando direcionar a produção para o mercado interno. Essa diversidade foi buscada conscientemente pelos governos do Rio Grande do Sul, durante a Primeira República, com o propósito deliberado de garantir a auto-suficiência no abastecimento e reduzir a dependência da economia regional em relação a uma pauta estreita de produtos para exportação. Ao contrário da mentalidade importadora, associada ao modelo agroexportador, o PRR afastava em princípio a possibilidade de comprar de outros estados ou do exterior, exceto as mercadorias que não se pudessem produzir internamente. Pretendeu-se evitar que o Rio Grande do Sul fosse tributário de outros estados, incentivando a policultura e o cultivo dos mais diferentes produtos, com a intenção de abastecer o mercado gaúcho e gerar excedentes para exportação.

A falta de condições materiais adequadas ao pleno desenvolvimento da estrutura produtiva da região demandou uma ação mais intensa dos governos republicanos, em função da carência de capitais. O governo tomou a si a tarefa de incrementar a economia de todas as zonas da região, desenvolvendo os meios de transporte e realizando outros gastos com a promoção do desenvolvimento econômico, orientados para modificar a estrutura produtiva da região.[10] Ao buscar a diversificação produtiva e a integração espacial do mercado regional, os governos republicanos atenderam as demandas de setores produtivos que ainda não se haviam constituído como dominantes na região (Pereira, 1996) e conduziram uma verdadeira **reforma econômica** no Rio Grande do Sul.

A continuidade da colonização do norte do Estado, com base na pequena propriedade, teve um papel destacado na realização dos propósitos do PRR para a economia estadual. Criticando a política de colonização do Império, os republicanos colocaram em prática uma política de atração de imigração espontânea, sem deixar contudo de despender recursos públicos para o transporte, assentamento e organização das colônias, até 1914. Enquanto o Governo federal assegurava transporte gratuito até o porto de Rio Grande ou Porto Alegre, o Governo estadual complementava a operação, organizando as colônias, concedendo terras a baixo custo, assistência técnica e outros incentivos, de modo que o imigrante representava dispêndio aos cofres estaduais.[11]

---

[10] Nesse estudo, para fins de quantificação, consideramos como "gastos com a promoção do desenvolvimento econômico" aqueles assim classificados no trabalho de Paulo Roberto Pereira (1996), assim discriminados: obras e serviços prestados visando modernizar a infra-estrutura econômica, incluindo a promoção do desenvolvimento agrícola, industrial e comercial, a infraestrutura de transportes, de energia e recursos minerais e o saneamento público.

[11] A política republicana de colonização propunha "leis que despertem a boa imigração" para continuar a receber colonos, fundamentalmente para expansão da policultura e diversificação da estrutura produtiva, incentivando a expansão da pequena propriedade, justificando-se por isso a legitimidade dos gastos, pois não se tratava da política exercida por outros estados, que se preocupavam apenas em "importar braços" (Fonseca, 1983).

O Governo também criou colônias oficiais, determinando a ocupação e expansão da população do norte e do noroeste do território estadual e valorizando-o pela ampliação da produção agropecuária em regime de pequena propriedade. As colônias oficiais foram abertas em zona pioneira, como empreendimento coordenado pela Comissão de Terras Públicas, que organizou as colônias segundo preceitos positivistas.[12] A política de demarcação exercida pela Comissão foi de excepcional importância para a colonização, ocorrendo diversos litígios com proprietários que haviam tomado posse de amplas extensões de terra, caracterizados como "ilegítimos possuidores de latifúndios" (Pereira, 1996). Além de fundar as colônias oficiais, a administração pública interveio em sua gestão e equipamento, dotando-as de rede de comunicações internas, edifícios públicos e escolas, desenvolvendo um esforço superior ao que despenderam os outros estados do Brasil (Roche, 1969:127-9). Ao dar continuidade ao processo de colonização iniciado no período imperial, os governos republicanos promoveram a ampliação da classe dos pequenos proprietários rurais, fomentando assim uma **reforma também social** no Rio Grande do Sul.

Pensamos que as concepções ideológicas e o projeto político do PRR tiveram uma importância decisiva para a configuração do Estado regional e o encaminhamento das políticas públicas. Além disso, na medida em que as ações do Estado transformaram a economia e a sociedade gaúchas, podemos afirmar que aquele projeto e sua fundamentação ideológica desempenharam um papel proeminente na configuração da formação social regional durante a Primeira República. Entretanto, uma compreensão adequada das transformações da sociedade regional não pode se esgotar na percepção da eficácia histórica das idéias e do poder político, pois as condições dessa eficácia estavam por sua vez determinadas pelo movimento de uma estrutura social em que emergiam novas classes e grupos de interesse, tanto no meio urbano como no rural.[13] Assim, uma explicação das ações do Estado regional que se limite ao âmbito do projeto e das concepções do PRR é apenas uma explicação parcial, que coincide com a percepção dos próprios agentes sociais implicados na direção do aparelho de Estado.

---

[12] Essas colônias oficiais foram profundamente diferentes das colônias oficiais do período imperial. Diferenciavam-se desde logo pelo traçado dos lotes que buscava adaptar-se ao meio natural, propiciando acesso equânime aos cursos d'água e o estabelecimento das melhores condições para as vias internas e a localização dos prédios públicos. Houve grande preocupação em garantir a demarcação legal das terras indígenas (kaingangs), reservando-se amplos espaços para a preservação de seu modo de vida e cultura. Também ao contrário da política de colonização seguida no Império, as colônias incorporavam os posseiros e caboclos (o "elemento lusáfricobrasileiro") que ocupavam terras devolutas destinadas ao assentamento, promovendo-se o convívio com os colonos europeus que trariam a difusão de melhores técnicas de cultivo. Quanto aos europeus, buscou-se a mistura de etnias, evitando-se a formação de guetos. Conforme Sponchiado (1999).

[13] Os apontamentos que seguem até o final dessa seção representam apenas uma tentativa de ampliar a compreensão do processo de transformação da sociedade gaúcha, avançando algumas hipóteses preliminares acerca das relações entre a ideologia, a política e a estrutura sócio-econômica na história do Rio Grande do Sul durante a Primeira República.

A compreensão das ações do Estado, de seu alcance histórico em configurar a sociedade gaúcha, bem como da importância mesma do ideário e do projeto político do PRR requer a demarcação do campo político pela estrutura de classes em transformação. Desde meados do século XIX, paralelamente à perda de dinamismo da pecuária extensiva e das charqueadas, emergiam os novos grupos sociais vinculados à agropecuária colonial, ao seu desenvolvimento comercial, à formação das indústrias e dos bancos regionais, à ampliação do mercado interno e à urbanização.[14] A defesa dos interesses da pecuária tradicional e dos capitais comerciais hegemônicos no período imperial coube ao grupo político liberal, deslocado do poder pelo advento da República e derrotado na Revolução Federalista. Tal defesa, que era a expressão dos interesses do bloco social dominante, fazia-se em nome da liberdade de comércio, das "vantagens comparativas" da pecuária gaúcha — que justificariam uma política econômica em "defesa do boi"; fazia-se, portanto, em oposição às concepções e políticas econômicas dos governos republicanos.

Entretanto, a crise da pecuária e das charqueadas decorria, em última instância, da incapacidade do setor em promover sua modernização capitalista, o que já se evidenciava na inferioridade para concorrer com o charque platino e se confirmava na tardia e subalterna introdução dos frigoríficos na economia regional, visto que todos eles foram estrangeiros, atuando em condições de oligopsônio perante os pecuaristas. Por outro lado, o bloco social dominante — no qual podemos incluir, além dos latifundiários pecuaristas da Campanha, os charqueadores e os grandes comerciantes vinculados ao comércio de importação — pouco ou nada tinha a considerar ou oferecer do ponto de vista dos interesses dos novos grupos sociais acima citados — geralmente vinculados ao desenvolvimento da produção e do mercado interno regionais.[15]

A peculiaridade da situação criada no Rio Grande do Sul, com o golpe militar que instaura a República dos Estados Unidos do Brasil, permitiu a ascensão do PRR, a manutenção de seu poder pela força das armas e a aprovação da Constituição "castilhista" de 1891. A ruptura política materializou-se na perda de poder do setor socialmente dominante, já duramente atingido pela crise econômica, em vista da dissolução do escravismo e do declínio das exportações de charque. O novo grupo político, que ascendia ao poder e em pouco tempo passava a deter o controle estrito do aparelho de Estado, encontrou condições de implementar seu projeto político de transformação "dentro da ordem" da economia e da sociedade gaúchas. As características desse projeto e das concepções do PRR, anteriormente assinaladas e cujos desdobramentos práticos tratamos de

[14] Pedro Fonseca já havia assinalado a característica desses novos setores sociais emergentes, em particular os pequenos proprietários rurais, de serem setores "politicamente disponíveis", que o PRR soube galvanizar em favor de seu projeto de desenvolvimento econômico e de sua legitimação nos embates políticos com a oposição (Fonseca, 1983: *passim*).

evidenciar neste ensaio, apontavam para o mesmo sentido em que rumavam as transformações da estrutura sócio-econômica da região, isto é, no sentido da diversificação social e econômica e da ampliação da produção e do mercado regionais. Essa particular **afinidade** entre a perspectiva ideológica dos dirigentes republicanos e o movimento da estrutura sócio-econômica abria ao PRR a possibilidade de fundamentar sua dominação não apenas no aparelho coercitivo do Estado, mas também na hegemonia sobre diversos setores sociais e grupos de interesse.

Essa possibilidade parece ter se concretizado, na medida em que as ações concretas do Estado sob a direção do PRR, sempre justificadas segundo o ideário do partido, favoreceram de um modo geral o crescimento econômico e a melhoria das condições de vida, beneficiando os novos e amplos grupos sociais emergentes. Para a construção de uma dominação hegemônica concorreram tanto o atendimento aos interesses dos novos grupos sociais por meio da ação do Estado, quanto a formulação e sustentação de um discurso público que polarizou a sociedade gaúcha e atraiu novos quadros para o partido e o aparelho de Estado. Tal circunstância requereu considerável grau de coerência entre o discurso público, sempre atento à justificação doutrinária e racional, e a ação mesma dos governantes. As condições para o estabelecimento de um relativo consenso social em torno da dominação do PRR — longo processo que alarga paulatinamente as bases sociais dessa dominação e alcança amplitude máxima sob o Governo de Getúlio Vargas (1928) — completaram-se pela eficácia das políticas republicanas em alcançar os resultados que propugnava, conferindo legitimação às novas instituições republicanas e seus dirigentes.[16]

Tendo em vista as transformações sócio-econômicas representadas pela expansão da agropecuária colonial, pela emergência da indústria e pela urbanização, bem como as condições políticas nacionais que determinaram a instauração da República e a conseqüente ruptura política no Rio Grande do Sul, é possível compreender a importância decisiva das concepções e do projeto do PRR para a ordenação da sociedade gaúcha. O ideário positivista, em sua adaptação castilhista foi o fundamento do discurso público dos governos republicanos. Foi também um recurso doutrinário e ideológico suficientemente consistente de que se valeram os republicanos para se orientarem na crítica situação em que assumiram o comando do Estado regional. Encontraram na doutrina partidária o respaldo ideológico necessário para uma prática política de caráter

---

[15] Essa virtual incapacidade hegemônica do bloco social dominante ficou evidenciada, ao final do período imperial, pela solução livre-cambista que reivindicava, através do Partido Liberal, para o impasse da concorrência com o comércio de contrabando oriundo do Uruguai, conforme iremos considerar na quarta seção deste ensaio.

[16] A nova ordem social burguesa legitimava-se assim pelo exercício de formas de dominação que rompiam com a tradição e o patrimonialismo (ver a respeito Targa, 1998a). Embora a dominação estivesse apoiada em um discurso público e, por determinação constitucional, na realização periódica de eleições, o PRR valeu-se de diversos expedientes para fraudar sistematicamente o processo eleitoral, na medida em que a legitimação não se fundava na representatividade. A dominação política exercida pelo PRR também caracterizou-se pela utilização do aparelho de Estado para assegurar ampla votação nas zonas coloniais, cooptar lideranças políticas do antigo Partido Conservador e estabelecer uma nova rede de dominação política (ainda que distinta do coronelismo tradicional, fundado na grande propriedade fundiária).

republicano e as justificações racionais para as ações do Estado que promoveram o desenvolvimento econômico regional.

3. Finanças públicas estaduais: gastos públicos e tributação

A administração das finanças públicas foi realizada segundo critérios rigorosos e formalmente subordinada às considerações da Assembléia dos Representantes,[17] sendo os resultados fiscais superavitários em quase todos os anos durante a Primeira República. A manutenção de orçamentos equilibrados refletia a preocupação com o bom uso do dinheiro público, adotando-se a máxima austeridade e criticando-se o recurso à criação de novos impostos e o endividamento público (Carvalho, 1996). Argumentava-se que o dinheiro público era da coletividade, sendo o déficit público um déficit dos cidadãos, de modo que o governo estaria devendo o que não era dele.

O financiamento dos gastos com o desenvolvimento econômico fez-se, em sua maior parte, com superávits da realização orçamentária (saldos das receitas ordinárias sobre despesas ordinárias).[18] O equilíbrio orçamentário propugnado foi necessário para o financiamento dos investimentos, tendo funcionado a rígida divisão orçamentária entre gastos ordinários e extraordinários (que podiam ser adiados) como instrumento de controle de todo gasto público (Carvalho, 1996). Os empréstimos foram admitidos somente em casos de aplicação produtiva, como em obras de interesse público geral.[19] Por isso, os governos estaduais também se lançaram em empreendimentos que romperam o equilíbrio das finanças públicas, como a encampação da barra e do porto de Rio Grande e da Viação Férrea, que provocaram o endividamento do Estado.

Após o período de guerra civil e consolidação do poder republicano, durante o qual as despesas foram restringidas drasticamente (exceto as relacionadas à segurança pública), em 1898, os gastos públicos já denotavam um programa de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul, uma ação econômica e política de caráter estratégico para a dinamização da economia regional e para a consolidação do PRR no poder (Pereira, 1996). Desde aquele ano, o Governo manifestava publicamente o objetivo de investir na infra-estrutura de transportes, mas os recursos eram escassos e inviabilizavam uma interferência mais efetiva no setor, sujeito às concessões federais

[17] O caráter público dos debates sobre os gastos e o orçamento estaduais na Assembléia dos Representantes cumpria apenas o papel de influenciar a formação da opinião pública, pois, segundo a Constituição estadual, o Presidente tinha competência exclusiva para organizar, reformar ou suprimir serviços públicos incluídos nas verbas orçamentárias. A iniciativa parlamentar era cabível apenas para controlar os gastos, jamais para aumentá-los. E o Governo sempre detinha a maioria na Assembléia (Pereira, 1996).

[18] Também foram utilizados recursos das Caixas de Depósitos Populares, instituídas em 1914 pelo Governo Estadual, com o propósito de fomentar a poupança de pequenas quantias pelos cidadãos, com garantia oficial e postos de recolhimento em todo o interior do Estado (Pereira, 1996; Lagemann, 1999).

[19] A restrição da ideologia positivista ao crédito e ao endividamento público representava uma limitação para a ação econômica do Estado regional, tal como indica Fonseca (1985). Essa restrição ao crédito, associada ao preceito do orçamento equilibrado, distinguem a política econômica dos governos republicanos positivistas de uma política desenvolvimentista em senso estrito. Entretanto, tais limitações de fundo ideológico parecem não ter impedido a ampliação da agenda do Estado, como buscamos evidenciar neste ensaio.

para a rede ferroviária e os portos. As despesas realizadas desde então buscaram eliminar os obstáculos que se antepunham ao desenvolvimento das forças produtivas no Rio Grande do Sul, correspondendo a uma política deliberada por parte do Governo (Pereira, 1996).

Nos gastos públicos estaduais com a promoção do desenvolvimento econômico, predominaram, até 1912, aqueles concernentes à política agrícola e de transportes, com o objetivo de acelerar a expansão da produção colonial e o desenvolvimento de relações mercantis entre as colônias e Porto Alegre (Pereira, 1996). A precariedade dos transportes na Campanha não se comparava à da região serrana, mais acidentada e de recente colonização. Assim, o Governo, mesmo procurando dotar de melhores vias as duas regiões, deu certa prioridade à zona colonial e ao Planalto (Fonseca, 1983). A prioridade dos gastos recaiu sobre a modernização da produção agrícola e a melhoria da infraestrutura de transportes rodoviário e hidroviário no nordeste e norte do Estado. A modernização da agricultura foi buscada através da implantação de estações agronômicas e escolas técnicas e da concessão de incentivos para aquisição de instrumentos e difusão de novas técnicas (Pereira, 1996).

A partir de 1912, ganharam destaque os investimentos referentes à política denominada de "socialização dos serviços públicos", que significava a postulação do Estado pelo controle público dos portos, das hidrovias e das ferrovias da região, em benefício de toda sociedade. As empresas estrangeiras que exploravam as ferrovias e realizavam as obras de desobstrução da barra e a administração do porto de Rio Grande, sob concessão da União, eram responsáveis por atrasos, má administração e altos custos desses serviços de infraestrutura, o que levou o Estado regional a assumir atitudes visando à encampação dessas empresas, apoiado em suas concepções ideológicas. Desde então, as responsabilidades econômicas e sociais do Estado aumentaram com rapidez (Love, 1975:132). A melhoria das condições de infraestrutura de transportes na região vinculava-se à repressão ao contrabando e à saída de exportações estaduais através do Uruguai, buscando-se garantir a integração espacial do território em favor do desenvolvimento econômico e do fisco estadual.

A reorientação dos gastos públicos destinados à promoção do desenvolvimento econômico, de 1916 a 1929, fez com que se elevasse progressivamente a parcela referente à modernização da infraestrutura de transportes, que representava ao final do período quase a totalidade daqueles gastos (Pereira, 1996). Essa política seguiu o planejamento traçado através do Plano de Viação Geral do Estado, de 1913, que estabeleceu as seguintes metas: interligar a zona agrícola ao porto de Porto Alegre e este ao de Rio Grande, criar a infraestrutura física necessária para dinamizar as relações comerciais do Estado, fazendo da capital o principal parceiro comercial da zona agrícola colonial e do porto de Rio Grande o centro exportador desses produtos ao mercado nacional e internacional. Nesse sentido, a incorporação dos portos de Porto Alegre

(1913) e Rio Grande (1919) e da Viação Férrea (1920) à administração estadual foi de crucial importância para o projeto do Governo (Pereira, 1996:228).

Na primeira década republicana, apesar da assumir novas funções na navegação fluvial,[20] o Governo do Estado nada pôde fazer diante da paralisação dos projetos para desobstrução da barra de Rio Grande.[21] Essas obras deveriam solucionar um problema histórico para a navegação marítima e o comércio estadual, mas desde 1893 não havia definição do Governo federal sobre qual o projeto a ser seguido e qual empresa realizaria as obras, pois fora rescindido o contrato firmado pelo Governo imperial. Em 1905, o Governo estadual declarava a sua intenção de assumir a realização das obras, caso a União não pudesse fazê-lo, sugerindo a transferência do serviço para a administração pública estadual, nas mesmas condições oferecidas às empresas particulares (Axt, 1998:150).

A pressão do Governo estadual surtiu efeito, pois a União firmou um novo acordo para a realização das obras, com uma empresa norte-americana, em 1906. Entretanto, o novo contrato passava a incluir direitos de exploração do porto de Rio Grande, direitos de realização de serviços em canais internos, bem como a preferência para exploração dos portos auxiliares de Pelotas e Porto Alegre, além das obras de desobstrução da barra. Em 1908 o contrato foi transferido para uma empresa francesa, quando já manifestava-se o descontentamento do Governo estadual com o atraso nas obras. Além disso, pretendendo realizar por conta própria os serviços de melhorias nos canais interiores e do porto de Porto Alegre, o Governo passou a questionar o privilégio extensivo do novo contrato (Axt, 1998). O Governo estadual buscou participar da renegociação do contrato entre a empresa francesa e o Governo federal, criticando o contratante por visar unicamente os interesses privados de sua empresa, contrários aos interesses do comércio e da navegação estaduais. Criticava também a garantia de juros elevados e as decorrentes tarifas também elevadas dos serviços portuários, propondo-se a assumir as obrigações e privilégios do contratante. Esboçava-se, assim, um conceito de encampação, justificado pelo dever do Estado em resguardar os interesses da sociedade frente à ação restritiva e privilegiada dos interesses privados (Axt, 1998: 153-4).

Conseguindo flexibilizar o contrato, o Governo estadual tratou de encomendar a terceiros as obras de desobstrução dos canais interiores. Adquiriu também equipamentos e obteve a destinação crescente de verbas orçamentárias para a realização dessas atividades como serviço público regular. Em vista disso, encampou em 1911 uma empresa privada, que atuava no rio Caí,

[20] Em 1894 o Governo estadual assumiu o serviços de balizamento das rotas de navegação fluvial, atribuição anterior do Ministério da Marinha (Axt, 1998:148).

[21] A movimentação das correntes marítimas produzia acúmulo de sedimentos no fundo do canal, implicando a redução de sua profundidade e dificultando a navegação de navios de grande calado. A solução do problema implicava obras de grande porte para a fixação dos molhes da barra do Rio Grande, sem a qual ocorreria sempre nova obstrução.

realizando obras sob encomenda para a desobstrução e melhoria das condições de navegação (Axt, 1998:154-5).

Enquanto isso, também tiveram início, em 1909, as obras de desobstrução da barra e construção de novo porto em Rio Grande, levada a cabo pela empresa francesa. A desobstrução foi obtida em 1915 e, desde 1918, a complementação dos trabalhos de fixação da barra assegurava a passagem regular de barcos oceânicos de grande calado até o porto marítimo do Estado (Franco, 1983:135).[22]

Entretanto, em 1912, quando o Governo estadual pretendeu assumir a realização das obras do porto auxiliar de Porto Alegre, através de concorrência pública, nova polêmica e batalha jurídica havia se estabelecido com a empresa francesa e o Governo federal. A empresa pretendeu barrar a iniciativa do Governo estadual, reclamando agora seu privilégio de exploração do porto auxiliar. O Ministério da Viação e Obras Públicas entendia que a obra e a responsabilidade relativa às concessões eram de atribuição federal, impondo-se a garantia do contrato e dos interesses da permissionária, para evitar-se ameaça de retração do ingresso de capitais estrangeiros no país (Axt, 1998:156). O Governo estadual ofereceu tenaz resistência ao Ministério, conseguindo, através da pressão política e de protestos e após uma disputa jurídica, ver reconhecidos os direitos do Estado em relação aos portos dos rios interiores, por onde trafegassem as embarcações exclusivamente pelo território estadual. Garantiu-se assim as condições para cumprir a resolução, tomada em 1911, de construir um porto moderno e aparelhado na capital (Franco, 1983:134-5). O Governo pôde então proceder à nova concorrência para a desobstrução de canais interiores e construção do cais de Porto Alegre, tendo-se iniciado essas últimas obras em 1914 e se concluído a primeira e a segunda etapas em 1921 e 1927.

A partir de 1916, o Governo de Borges de Medeiros iniciou nova ofensiva política junto ao Governo federal contra o contrato firmado com a empresa francesa, por vincular as obras de desobstrução da barra à exploração do porto de Rio Grande. Solicitava também a revisão do regime tarifário e as garantias de juros. Recebendo desta vez favoravelmente o pleito do Estado, o Governo federal principiou as tratativas para uma encampação amigável, acabando também a empresa concessionária por ceder às pressões, firmando convênio com o Governo estadual para concretizar a encampação. A União responsabilizou-se pelas indenizações da encampação da barra e o Estado pelas indenizações relativas ao porto. A administração direta estadual da barra e do porto começou em 1919. O propósito anunciado pelo Governo não era de obter novas fontes de receita, mas sim dotar o Estado de um porto livre, propulsor do desenvolvimento econômico (Axt, 1998:157-61). "A encampação do porto e da barra de Rio Grande figurava ao plano da política

[22] A abertura da barra rompeu o ponto crítico de estrangulamento da economia estadual (Franco, 1983: 135), facultando o intenso crescimento das transações externas nos anos 1920.

econômica borgista como uma medida integrada não apenas aos portos auxiliares de Porto Alegre e Pelotas e à desobstrução dos canais interiores, mas também à estatização da Viação Férrea" (Axt, 1998:164-5).[23]

Nos anos 1920 observou-se um grande aumento no movimento do porto de Rio Grande. A administração estimulou esse resultado através de uma política de reduções e isenções de tarifas, que atraiu as embarcações que faziam a rota entre a Europa e o Prata. Sob a administração do Estado, os serviços melhoraram, as tarifas foram reduzidas (isenções ou reduções representaram cerca de 30% da receita), e o porto foi operado sem déficit. A redução das tarifas conjugada à regularização do tráfego ferroviário após a encampação trouxe expressiva redução da saída de mercadorias pelo Uruguai. As encampações viabilizaram uma política tarifária integrada para o sistema de transportes, que concorreu no combate ao contrabando e no conseqüente incremento da arrecadação estadual a partir da ampliação do movimento junto às coletorias dos portos (Axt, 1998:162,168,173).

Por três vezes, nos anos 1920, os governos estaduais requereram autorização da Assembléia dos Representantes para contrair empréstimos vultosos. Em 1921 e 1927, esse endividamento foi justificado principalmente pelas encampações do porto e da rede ferroviária, argumentando-se que as dívidas não serviam para saldar compromissos anteriores e podiam ser amortizadas com recursos ordinários, garantidos pelos saldos fiscais positivos (Axt, 1998:169). O Estado pleiteou a realização do endividamento público em 1921 (10 milhões de dólares) para regularizar a liquidez nas praças estaduais. Para realizar as encampações, o Governo valeu-se de recursos próprios e também das Caixas de Depósito Populares, instituídas em 1914, os quais compunham parcela significativa dos passivos dos bancos estaduais. O emprego maciço desses recursos nas encampações agravou as dificuldades de escassez de meio circulante e restrição do crédito bancário que já se manifestavam na economia regional.

A encampação da Viação Férrea, em 1920, foi justificada pela necessidade de atender ao reclamo geral das classes produtoras e do comércio. O Estado considerou um dever chamar a si a responsabilidade de operação das ferrovias, pois estava convicto de que se não o fizesse o transporte ferroviário seria completamente paralisado, em vista do acúmulo de problemas da administração da empresa belga, concessionária junto à União.

As ferrovias começaram a ser construídas na década de 1870. Objetivos principalmente estratégicos, mas também comerciais, definiram o traçado dos ramais ferroviários (Franco,

[23] De fato, em 1920, um acordo com o governo Federal acarretou a absorção do patrimônio da rede ferroviária pelo Estado, encerrando um longa trajetória de prestação de serviços insatisfatórios e caros por uma empresa concessionária belga. O Estado também determinou a intervenção em minas de carvão, passando a conduzir diretamente a exploração do mineral, pois os novos serviços de desobstrução e navegação fluvial, além da termelétrica municipal de Porto Alegre, consumiam grandes quantidades de carvão. Em vista do encarecimento do carvão durante a guerra, o Estado buscou assegurar-se de autonomia em seu fornecimento.

1983:86,107; Almeida, 1992:564). A partir de então, seguiu-se a construção de cinco ramais ferroviários, em sua maior parte já estabelecidos nos anos 1890, estando todos interligados até 1910. Os serviços de transporte ferroviário não acompanhavam a expansão da economia, sendo freqüentes as queixas quanto aos atrasos, à falta de vagões e aos custos dos serviços. As reclamações perduraram até 1920, quando ocorreu a encampação dos serviços ferroviários pelo Governo do Estado.[24]

A encampação encerrou um longo período de desorganização dos serviços, precários e caros, nas ferrovias estaduais. Os diversos ramais ferroviários possuíam distintas companhias concessionárias, até 1905. Em 1898, o Governo do Estado apresentara proposta para o arrendamento da estrada de ferro federal de Porto Alegre a Uruguaiana (o ramal central), mas as divergências com a administração federal de Prudente de Moraes levaram esta a tomar medidas frontalmente hostis ao Rio Grande do Sul, entre elas a entrega do arrendamento à firma belga (Franco, 1983:102). O descontentamento da praça comercial de Porto Alegre com os serviços registrava-se já nos primeiros anos do século XX. Em 1902, as altas tarifas cobradas pela empresa belga permitiam a concorrência das praças comerciais do sul, através de outra ferrovia, administrada por outra firma (inglesa), que ligava o centro do Estado ao porto de Rio Grande, favorecendo o comércio de Rio Grande e Pelotas em detrimento de Porto Alegre (Franco, 1983:108).

A disparidade de empresas concessionárias, com administrações desconexas, gerava ineficiência e insegurança, sendo que as tarifas não eram uniformes. Quando, em 1905, quase toda a rede ferroviária estadual (três dos cinco ramais) foi arrendada à mesma firma belga, houve algum entusiasmo com a unificação, pois a firma também obrigava-se a concluir novos trechos. Logo a seguir, porém, configurou-se uma reação desfavorável no sul do Estado, que experimentou uma piora nos serviços, sendo a sede da administração da ferrovia da zona sul estabelecida à distância, em Santa Maria. Nos anos seguintes, a oposição à firma belga generalizou-se, pois os serviços não corresponderam também às expectativas dos produtores e comerciantes do norte. Havia insuficiência de vagões, gerando perdas para o comércio, má administração, atrasos, desvios de mercadorias, mesmo com a administração centralizada por uma única empresa. Em 1917 ocorreram greves dos trabalhadores ferroviários, por duas vezes, paralisando os serviços (Franco, 1983:109-11).

O Governo estadual pleiteava por uma intervenção federal. A insistente pressão do Estado afinal sensibilizou a União, provocando a rescisão do contrato e passando o Estado do Rio Grande do Sul a ser o arrendatário e administrador da Viação Férrea, em 1920. A partir daí, observou-se

[24] Até a década de trinta, a nova administração correspondeu às expectativas, melhorando consideravelmente a qualidade dos serviços (Franco, 1983:110). Em 1930, o Rio Grande do Sul possuía a terceira malha ferroviária do

grande melhoria na qualidade dos serviços e o estabelecimento de um regime tarifário criterioso e uniforme (Franco, 1983).

A política de gastos dos governos estaduais apoiou-se basicamente na arrecadação tributária, que sofreu grandes mudanças no período. O Governo estadual implantou, em 1902, uma reforma tributária que visava à extinção progressiva do Imposto de Exportação, que encarecia e dificultava a colocação dos produtos gaúchos nos mercados regionais brasileiros. O propósito era favorecer a diversificação da pauta de exportações e sua expansão, através de isenções, bem como proteger as indústrias, gravando em maior grau as exportações de matérias-primas. Apesar de não lograr a extinção total do imposto, inúmeras reduções e isenções foram concedidas, de modo que o montante da renúncia fiscal desse imposto (isenções em relação à arrecadação potencial) já atingia cerca 40% em 1908, alcançando em cerca de 70% na década de 1920. A recuperação das receitas perdidas pela renúncia fiscal deu-se através da criação de um novo imposto territorial, que incidia progressivamente sobre a propriedade da terra. A reforma atendia ao preceitos positivistas, contrários aos impostos indiretos e favoráveis à justiça fiscal, pois a tributação da propriedade da terra era vista como uma justa retribuição pela utilização individual de um bem social por sua natureza (Carvalho, Pereira, Almeida, 1998).

Os recursos orçamentários foram empregados também em educação e saúde públicas.[25] O ensino básico recebeu um tratamento extremamente privilegiado pelos governos positivistas, que promoveram o alargamento do sistema educacional de base (Targa, 1996c). "O ensino, a cargo do Estado, era livre, leigo e gratuito, como o material escolar fornecido a todos os estudantes, o mesmo acontecendo com o ensino médio nos estabelecimentos estaduais" (Ferreira Fº, 1976:283). O Governo estadual criou várias escolas técnicas de nível médio (agrícolas, industriais e comerciais), inclusive internatos gratuitos para filhos de operários, que serviam de entrada para a Universidade. Em 1907, o Rio Grande do Sul possuía 228 crianças matriculadas por mil habitantes em idade escolar, enquanto São Paulo tinha 162 e Minas Gerais, 141 (Love, 1975:116).

4. Defesa e regulação do mercado interno e incorporação do proletariado

Durante a Primeira República, transcorreu a delimitação da fronteira econômica da região do Rio Grande do Sul, através do combate ao contrabando. As ações dos governos republicanos com esse propósito deslocaram significativamente a produção e o comércio da fronteira sul das suas vinculações com a praça e o porto de Montevidéu para uma posição tributária do Estado

---

país (Love, 1975:118).

[25] Não dispomos dos dados relativos a esses gastos de caráter social dos governos estaduais no período. As despesas com educação tiveram um lugar destacado no orçamento ordinário, sendo a principal rubrica das despesas em época de paz (Levine, 1977). Nessa área, assim como na área da saúde, o Estado permitia o livre exercício profissional, facultando-se à população o acesso às mais diversas formas de atendimento de saúde e de formação educacional.

regional e vinculada às praças de Rio Grande e Porto Alegre.[26] O Uruguai seguia uma política livre-cambista e os baixos tributos beneficiavam as importações, que pela fronteira penetravam no mercado gaúcho, sem condições de concorrência para o comércio legal (Franco, 1983:73, *passim*). A situação estabelecida ao final do Império colocava grande parte do mercado gaúcho na zona de influência do comércio importador de Montevidéu, cujo porto também era o caminho de saída de parcela importante da produção regional.

Em tese, o problema teria duas soluções possíveis. Dadas as diferenças dos direitos aduaneiros estabelecidos, cumpria melhorar as condições de transporte interno e portuárias da economia gaúcha, paralelamente à repressão ao contrabando, opção considerada difícil e custosa, além de ineficiente, pois o mesmo encontrava apoio nas influências locais. O contrabando era atividade econômica importante, afetando direta ou indiretamente a vida de toda população fronteiriça, através da geração de empregos, do fornecimento de bens de consumo e do aporte de crédito (Franco, 1983:75; Targa, 2002).

A alternativa seria estabelecer para o Rio Grande do Sul direitos aduaneiros diferenciados dentro do território nacional, com uma tarifa especial de importação que permitisse ao comércio regional competir com as mercadorias ingressadas a partir do Uruguai. Esse segundo caminho foi tentado durante o Império. A primeira vez, em 1878, e novamente em 1889, quando o Governo imperial estabeleceu nova tarifa especial, cuja abrangência tornava o Rio Grande do Sul quase uma zona de livre comércio, ameaçando o desenvolvimento da indústria regional.

A nova tarifa especial durou poucos meses, pois foi rejeitada pelos governos republicanos. A partir de então, o combate ao contrabando avançou muito, tendendo a enquadrar a produção e o comércio da fronteira como tributárias do Estado regional e deslocando para as vias internas o fluxo de mercadorias. Nos anos 1890-1, prazo durante o qual a tarifa especial foi abolida, foi muito intensa a repressão ao contrabando. A ascensão dos republicanos ao governo do Estado produziu grandes alterações na ocupação de cargos públicos, atingindo as autoridades fiscais na fronteira, como os cargos de administração das mesas de renda. Foram estabelecidas zonas de circulação limitada para mercadorias provenientes do Uruguai e foi nomeado um delegado especial para reprimir o contrabando. Desse modo, a supressão da tarifa especial foi compensada pela repressão (Targa, 2002).

No final do século XIX, como houvesse descontentamento com a fraca repressão exercida pelos órgãos federais ao contrabando na fronteira do Estado, o Governo estadual negociou convênio com a União, pelo qual as tarefas de repressão passavam a ser exercidas pelas

[26] Desde o período imperial, a produção e o comércio da fronteira estadual, no oeste e no sudoeste, vinculavam-se com os mercados externos acessando pelo rio Uruguai ou por via ferroviária ao porto de Montevidéu, que apresentava melhores condições naturais e alta qualidade física em comparação com o porto de Rio Grande. Esse era de acesso

autoridades estaduais. Um decreto estadual criou em 1899 a Inspetoria Fiscal para Repressão do Contrabando na Fronteira, com dotação orçamentária própria, contando também com a colaboração da praça de Porto Alegre, que cedeu recursos durante dois anos (Franco, 1983: 105-6).

É comum a idéia de que o contrabando "jamais foi reprimido com eficácia" (Franco, 1983:106). De fato, as operações relativamente onerosas do porto de Rio Grande e das ferrovias sul-rio-grandenses fizeram com que Montevidéu ainda tivesse papel importante para as exportações de charque gaúcho nos anos 20 (Love, 1975:133). Contudo, se o contrabando foi uma constante, é inegável que houve uma alteração importante com o advento da República. "A ação dos republicanos estabelecera a linha de fronteira do mercado regional, fazendo com que parte importante da produção e do consumo estaduais deixassem de estar sob influência do comércio de Montevidéu" (Targa, 2002:105). Delimitou-se o espaço do mercado interno regional e com isso o campo de ação para a reprodução dos capitais regionais.

Durante as três primeiras décadas do século XX, especialmente a partir da Primeira Guerra Mundial, os governos estaduais buscaram organizar os produtores agrícolas e agroindustriais a partir de suas entidades representativas ou mesmo estimulando a sua organização, através da formação de "cartéis" (Bak, 1977). O objetivo das associações corporativas que foram assim constituídas era o de regular a produção e os mercados dos principais produtos gaúchos (arroz, banha, vinho, fumo, charque). Procurava-se controlar a oferta, evitando a queda de preço por excesso de produção e a conseqüente desorganização do mercado. A busca de melhores preços e condições de apropriação de lucros pelos produtores regionais realizou-se também pela disputa desses "cartéis" pelo domínio das linhas de comércio com o Rio de Janeiro e São Paulo. O controle da qualidade dos produtos, o combate às falsificações e a pesquisa de melhorias técnicas para a produção também foram atribuições dessas associações de produtores, que trabalhavam em estreita colaboração com o Estado regional.[27] Dessa colaboração resultou também a ordenação do abastecimento interno, visando a assegurar bens de consumo alimentar a preços de venda controlados, através da armazenagem de grãos e da construção e operação de abatedouros públicos.

A ação econômica do Estado também alcançou o mercado financeiro, através da atuação na esfera da poupança popular. O Governo instituiu, em 1914, as Caixas oficiais de Depósitos Populares, que utilizavam a estrutura das coletorias estaduais, oferecendo à população rural a possibilidade de realizar a poupança de pequenas quantias, com garantia oficial. Os recursos eram

---

difícil e perigoso, que obrigava o uso de embarcações menores, acarretando maiores custos de fretes e seguros que no porto de Montevidéu.

[27] Sobre a experiência corporativista de organização dos produtores agrícolas e agroindustriais no Rio Grande do Sul, ver Bak (1977) e Pesavento (1983).

depositados em parte na rede privada, nos bancos que serviam ao Governo (até 1928), ampliando a liquidez da economia estadual. Os recursos serviram também para cobrir déficits da rede ferroviária, após a sua encampação (Lagemann, 1985:81).

No último governo republicano do período (Getúlio Vargas), consolidou-se uma importante flexibilização da doutrina positivista, passando-se a aceitar o papel do crédito para o desenvolvimento econômico. Em 1928, o Governo criou o Banco do Estado do Rio Grande do Sul, atendendo ao apelo do setor primário, em vista da histórica dificuldade de fornecimento de crédito de longo prazo — hipotecário — pela rede bancária privada.[28] Além da carteira de crédito hipotecário, de baixa rentabilidade, o banco estatal também operava com crédito comercial (Lagemann, 1985). Esse banco passou a financiar o crédito hipotecário de longo prazo nos meios rurais e urbanos, atuando como um "banco de desenvolvimento" (Love, 1975:132).

A preocupação dos governos estaduais com abastecimento interno de bens de consumo essenciais à população local conduziu a diversas intervenções da administração pública no mercado. A liberdade de comércio foi severamente restringida quando, em 1914, o Governo estadual decretou a proibição da exportação de feijão e outros gêneros alimentares para fora do Estado, a fim de evitar a alta de preços e o conseqüente sacrifício dos consumidores sul-rio-grandenses. A proibição iniciou-se no segundo semestre, depois do início da guerra na Europa, quando ocorria em toda parte um incremento da demanda por produtos essenciais. O Governo justificava a fiscalização oficial sobre o comércio de cereais, em particular do feijão, que perdurou após 1914, por se tratar de um gênero de primeira necessidade, especialmente para as classes pobres. Apesar das reclamações dos comerciantes, manteve-se o controle das exportações de feijão até o final da guerra (Franco, 1983:120-5).

Durante a greve geral de 1917, que paralisou Porto Alegre numa época de carestia e escassez de gêneros de primeira necessidade, o Governo do Estado novamente determinou a suspensão das exportações de gêneros alimentícios do Rio Grande do Sul. O objetivo, como antes, foi garantir o abastecimento da população local e conter a elevação dos preços internos, pois a greve era motivada pela compressão dos salários reais. Nesta greve, como já ocorrera nas greves de 1906 na capital, os governantes gaúchos atuaram apoiados nos princípios positivistas para buscar soluções para os conflitos.

Mesmo defendendo o privatismo nas relações de trabalho, no que concordava com os empresários, a administração positivista assumiu posturas de cunho social, favorecendo medidas

[28] Visando também a implantação desse banco hipotecário e de crédito rural, o Governo estadual justificou perante a Assembléia dos Representantes a terceira operação de empréstimo e endividamento público nos anos 1920, que alcançou um total de 42 milhões de dólares (Axt, 1998:172). Desde a primeira operação de crédito assumida pelos governos estaduais, em 1921, tornava-se patente que o PRR deslocava-se de uma posição ortodoxa em matéria financeira para admitir e bater-se pela legitimidade das operações creditícias (idem, 171). Nesse aspecto, como em

estatais de proteção aos trabalhadores industriais.[29] Era preciso, segundo os preceitos positivistas, promover a incorporação do proletariado à sociedade moderna, sendo papel dos governos acelerar essa incorporação pela via pacífica do aperfeiçoamento moral do proletariado e também da burguesia, sem prejuízo de medidas imediatas que atendessem às reivindicações justas (Ferreira Fº, 1976). Diante do crescimento das cidades e do aumento da concentração operária, a administração pública estadual atuou de forma abrangente para a garantia da ordem social e a prevenção dos conflitos. Com esse propósito, o Governo estadual empenhou-se decisivamente nas melhorias urbanas, nomeadamente através de incentivos fiscais nas áreas de transporte, habitação e saneamento e na área da educação formal, criando escolas para formação profissional.

Na Constituição estadual, os políticos republicanos haviam consagrado novos direitos para os operários empregados pelo Estado. Eles passaram a ter as mesmas garantias dos funcionários públicos em geral, com redução da jornada para oito horas, férias remuneradas e aposentadoria por invalidez. Criou-se um Instituto de Assistência Judiciária, que dava condições aos operários de reclamarem seus direitos em juízo. No programa republicano, constava a proteção a menores, mulheres e velhos, o reconhecimento do direito de greve por salário e a legitimidade da pressão moral sobre as empresas para harmonizar os interesses do capital e do trabalho, sugerindo-se a criação de tribunais de arbitramento para solução dos conflitos.[30]

A greve geral de 1917 aglutinou os operários e a parcela pauperizada da população, paralisando a cidade de Porto Alegre.[31] O Governo reconheceu a legitimidade do movimento e tomou medidas para resolver o problema. Na ocasião, considerou a suspensão temporária do trabalho como um recurso legítimo de reivindicação, quando tem um fim justo, razoável e proporcionado às condições gerais do meio e do momento. Já em 1906, o Governo havia se apresentado como protetor da ordem e de um acordo justo entre as partes, durante as greves então ocorridas na capital do Estado. Novamente, em 1917, observou-se o esforço do PRR em se apresentar como representante dos interesses dos trabalhadores, sem criar um antagonismo entre isso e o fato de também se apresentar como defensor das classes produtoras. Na verdade, recorrendo sempre aos princípios positivistas, o Estado pretendia apresentar-se como estando

---

outros, o PRR revelava que a adesão à doutrina positivista não implicava em um dogmatismo estreito, que desviasse o poder público da realização das políticas julgadas necessárias ao desenvolvimento econômico regional.

[29] Era próprio do pensamento positivista dos políticos gaúchos combinar a oposição à regulamentação das relações de trabalho pelo Estado ao protecionismo estatal sobre os trabalhadores (Petersen, 1979:280).

[30] A Constituição de 1891 do Rio Grande do Sul foi a primeira na América Latina a inserir normas em defesa dos trabalhadores. Esses preceitos constitucionais e outras idéias programáticas dos positivistas teriam conseqüências na esfera federal, após 1930, quando foram levadas pelo castilhista Lindolfo Collor, servindo de base às leis trabalhistas (Ferreira Fº, 1976).

[31] Geralmente, aceita-se que as greves de 1917 a 1919 se deveram à elevação dos preços dos gêneros alimentícios básicos em decorrência de sua exportação para os países aliados durante a Primeira Guerra. Segundo Pinheiro (1977:160), houve uma forte queda do salário real dos operários entre 1917 e 1921. A eclosão da guerra provocou, assim, uma inflação constante nesse período, no qual transcorreu um ascenso do movimento operário.

acima dos interesses sociais específicos, assumindo a postura de organizador da sociedade gaúcha (Pinto, 1986:66-8).[32]

Nesse contexto, o Governo de Borges de Medeiros interveio decisivamente para a solução do conflito. Recebeu em sua sede uma comissão representativa dos grevistas, concedendo reajuste de 25% ao funcionalismo público e a redução de sua jornada de trabalho, além de decretar a suspensão do embarque de gêneros de primeira necessidade para fora do Estado, buscando provocar a queda de seus preços. O Governador também instruiu o Intendente da Capital e a Brigada Militar para que atuassem junto aos empresários, instando-os a conceder aumentos salariais.[33] Essa postura do Governo do Estado constitui mais uma indicação do caráter singular de sua intervenção nas relações econômicas e entre as classes sociais.[34]

5. Conclusão: resultados da ação econômica do Estado

Observamos que a ação econômica do Estado manifestou-se em diversas áreas e seguiu uma trajetória de **crescente comprometimento com a solução de problemas concretos da economia gaúcha**. Isso foi feito através de gastos públicos com a promoção do desenvolvimento econômico, classificação que abrange obras e serviços prestados visando modernizar infra-estrutura econômica, incluindo promoção do desenvolvimento agrícola, industrial e comercial, infraestrutura de transportes e recursos minerais e saneamento público (Pereira, 1996). Esses gastos cresceram durante todo o período da Primeira República, exceto entre 1912 e 1918, quando a queda das transações externas provocou redução da arrecadação e contenção geral de gastos. Em termos reais, o orçamento total do Estado do Rio Grande do Sul cresceu 580%, entre 1893 e 1929, enquanto as gastos com promoção do desenvolvimento cresceram mais de 15.500%. O peso desses últimos gastos no orçamento total cresceu de 2,5% para 56,4% entre os mesmos anos, graças ao comprometimento do Estado com a infraestrutura de transporte (portos e ferrovias).[35]

---

[32] "A presença da doutrina como justificativa teórica para uma tomada de posição frente a um movimento grevista é um claro indicador de que o PRR era um partido que, ao contrário dos chamados oligárquicos, governava a partir de princípios ideológicos definidos e que serviam realmente como base para a tomada de decisões" (Pinto, 1986:67-8).

[33] Segundo Joseph Love, o Governador Borges de Medeiros obrigou os empregadores de Porto Alegre a aumentar os salários (Love, 1975:132).

[34] Pouco tempo depois, ainda em 1917, o mesmo Governo assumiu o papel de representante dos ferroviários em greve, com a concordância desses, na reunião com os delegados da Viação Férrea e do Governo federal (Petersen, 1979). Para atestar a singularidade dessa posição dos governos republicanos gaúchos, considere-se que em São Paulo existia uma total colaboração entre os empresários e as forças de repressão. A presença do Estado diante dos trabalhadores colocava-se, desde a primeira instância, como força repressiva, como tratamento policial dos conflitos advindos da expansão das relações de assalariamento e da conseqüente reação dos trabalhadores às precárias condições de vida e de trabalho no meio urbano-industrial (Pinheiro, 1977).

[35] Os dados citados foram extraídos do trabalho de Pereira, que analisou as despesas orçamentárias do Rio Grande do Sul e de São Paulo (exclusive o programa de valorização do café). Para efeito de comparação, considere-se que, no mesmo período (1893-1929), o orçamento de São Paulo cresceu 226% em termos reais, enquanto os gastos com desenvolvimento apenas 146%. A evolução dos gastos públicos do Governo gaúcho revela um padrão específico de intervenção, pois o seu orçamento total representava em 1893 apenas 19% do de São Paulo, chegando a 40% do mesmo em 1929 (Pereira, 1996: Tabelas 2 e 3).

A política de gastos dos governos republicanos gaúchos seguiu o propósito explícito de reorientar o modelo de acumulação dominante, baseado nas exportações pecuárias, para um modelo mais diversificado, baseado na integração e expansão do mercado interno e na agropecuária colonial. O projeto econômico do Estado associou-se à perspectiva dos novos agentes sociais, desvinculados do latifúndio, que promoviam a diversificação da base produtiva estadual e conferiam dinamismo à economia regional. Os gastos públicos foram decisivos para a promoção das transformações e da expansão da economia gaúcha, contribuindo para que se instaurasse um círculo virtuoso, na medida que o crescimento propiciava a ampliação das receitas públicas.

A orientação buscada pelo PRR para o desenvolvimento econômico estadual coincidiu com os resultados históricos, indicando o êxito das políticas implementadas em promover uma reforma econômica e social no Rio Grande do Sul. Dadas as condições da época, a postura ideológica conservadora e o caráter geral da intervenção econômica do Estado revelaram-se extremamente progressistas, favorecendo o desenvolvimento integrado, diversificado e harmônico da economia regional.

Bibliografia citada

AXT, Gunter (1998). Política portuária e de navegação e a formação do Estado no Rio Grande do Sul. In: TARGA, L.R.P. (org.) (1998). **Breve inventário de temas do Sul**. ob. cit.

BAK, Joan L. (1977). **Some antecedents of corporatism:** state economic interrvention and rural organization in Brazil – the case of Rio Grande do Sul, 1890-1937. Yale University.

CARVALHO, Maria Lúcia L. de (1996). A política fiscal dos Estados e as funções de acumulação e de legitimação. In TARGA, Luiz R. P. (org.) (1996). **Gaúchos & paulistas**. ob. cit.

CARVALHO, Maria Lúcia L. de, PEREIRA, Paulo R. D., ALMEIDA, Pedro F. C. (1998). O incentivo fiscal às exportações gaúchas durante a Primeira República. In: TARGA, L.R.P. (org.) (1998). **Breve inventário de temas do Sul**. ob. cit.

FAORO, Raymundo (1998). Antônio Chimango, algoz de Blau Nunes. In: TARGA, L.R.P. (org.) (1998a). **Breve inventário de temas do Sul**. ob. cit.

FERREIRA Fº, Arthur (1976). A Influência Positivista na Política Rio-Grandense. **Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS**. Porto Alegre, ano IV, 1976. p. 277-86.

FONSECA, Pedro C. D. (1983). **RS: economia & conflitos políticos na República Velha**. Porto Alegre, Mercado Aberto.

_____ (1985). A transição capitalista no Rio Grande do Sul: a economia gaúcha na Primeira República. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.15, n.2, p.263-289, mai.-ago.

FRANCO, Sérgio da C. (1983). **Porto Alegre e seu comércio**. Porto Alegre, Associação Comercial de Porto Alegre.

HERRLEIN JR., Ronaldo (2000). **Rio Grande do Sul, 1889-1930:** um outro capitalismo no Brasil meridional? Tese de Doutoramento em Economia. Campinas, IE-UNICAMP.

_____ (2004). A transição capitalista no Rio Grande do Sul, 1889-1930: uma nova interpretação. In: **Economia e Sociedade**. n.22. Campinas: IE-UNICAMP.

LAGEMANN, Eugênio (1985). **O Banco Pelotense & o sistema financeiro regional**. Porto Alegre, Mercado Aberto.

_____ (1999). A História do Sistema Financeiro no Rio Grande do Sul e no Uruguai dos primórdios até 1931: uma comparação. In: **Anales** Segundas Jornadas de Historia Económica. Montevideo, julio de 1999.

LEVINE, Robert (1977). O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha. in: FAUSTO, Bóris. **História geral da civilização brasileira.** Rio de Janeiro, Difel. v.2, t.3.

LOVE, Joseph L. (1975). **O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930**. São Paulo, Perspectiva.

PEREIRA, Paulo R. D. (1996). As políticas de gasto público dos Estados e a promoção do desenvolvimento. In TARGA, Luiz R. P. (org.) (1996). **Gaúchos & paulistas**. ob. cit.

PESAVENTO, Sandra (1983). **RS: agropecuária colonial & industrialização**. Porto Alegre, Mercado Aberto.

PETERSEN, Sílvia R. F. (1979). As greves no Rio Grande do Sul (1890-1919). In: CËSAR, Guilhermino et al. **RS: economia e política.** Porto Alegre, Mercado Aberto.

PINHEIRO, Paulo S. (1977). O proletariado industrial na primeira República. in: FAUSTO, Bóris. **História geral da civilização brasileira.** Rio de Janeiro, Difel. v.2, t.3, cap.4.

PINTO, Celi R. J. (1986). **Positivismo**: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930). Porto Alegre, L&PM.

ROCHE, Jean (1969). **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Globo, v. I.

SINGER, Paul (1977). Porto Alegre. In _____ (1977). **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. Rio de Janeiro, Cia. Editora Nacional.

SPONCHIADO, Breno A. (1999). O positivismo e a colonização do norte do Rio Grande do Sul. In: **Anales** Segundas Jornadas de Historia Económica. Montevideo, julio de 1999.

TARGA, Luiz R. P. (1988). O processo de integração do mercado interno brasileiro: eliminação das particularidades econômicas e sociais do Rio Grande do Sul. **Ensaios FEE**. (9)2:147-158. Porto Alegre, FEE.

_____ (org.) (1996). **Gaúchos & paulistas**: dez escritos de história regional comparada. Porto Alegre, FEE.

_____ (1996a). O Rio Grande do Sul: fronteira entre duas formações históricas. In _____ (org.) (1996). **Gaúchos & paulistas**. ob. cit.

_____ (1996b). Violência revolucionária e fundação do Estado burguês. In _____ (org.) (1996). **Gaúchos & paulistas**. ob. cit.

_____ (1996c). Permanências na longa duração. In _____ (org.) (1996). **Gaúchos & paulistas**. ob. cit.

_____ (1998). Elites regionais e formas de dominação. In _____ (org.) (1998a). **Breve inventário de temas do Sul**. ob. cit.

_____ (org.) (1998a). **Breve inventário de temas do Sul**. Porto Alegre, UFRGS : FEE, Lajeado, UNIVATES.

_____ (2002). **Le Rio Grande do Sul et la création de L´État "développementiste" brésilien**. Grenoble: Université Pierre Mendes. Ecole doctorale d`économie. (Thése pour le doctorat en sciences économiques).